

HABEAS CORPUS Nº 541.190 - SP (2019/0316540-9)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : MICHAEL PAIXAO DOS SANTOS
ADVOGADO : MICHAEL PAIXÃO DOS SANTOS - SP385475
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO BATISTA FARIAS JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de JOÃO BATISTA FARIAS JUNIOR apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do Recurso de Apelação n. 0000111-92.2018.8.26.0441.

Sustenta o impetrante, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que haveria flagrante excesso de prazo para o julgamento do recurso de apelação, para o qual não teria concorrido a defesa.

Para tanto, argumenta que o acusado estaria preventivamente preso desde 2/4/2018, a sentença teria sido proferida em 19/12/2019 e, até a presente data, o reclamo não teria sido distribuído no Tribunal de origem.

Assim, requer a concessão da ordem para relaxar a prisão preventiva do paciente, ainda que com imposição de medidas alternativas à prisão.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas pelo Tribunal *a quo*, às e-STJ fls. 104-105, noticiam que "*o feito aguarda o encaminhamento da mídia contendo as cópias das gravações dos depoimentos e interrogatórios realizados no autos da ação penal supradita*".

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem para determinar que o Tribunal de Justiça estadual distribua imediatamente a apelação.

É o relatório.

Há de se destacar inicialmente que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n. 109.956/PR, buscando dar efetividade às normas previstas no art. 102, inciso II, alínea *a*, da Constituição Federal, e nos arts. 30 a 32 da Lei n. 8.038/90, passou a não mais admitir o manejo do *habeas corpus* originário perante aquela Corte em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que passou a ser adotado pelo Superior Tribunal de Justiça a fim de que fosse restabelecida a organicidade da prestação jurisdicional que envolve a tutela do direito de locomoção.

No caso, quanto à legalidade da prisão preventiva decretada pelo Tribunal de origem em desfavor do paciente, presente a competência originária para a análise do pedido.

Esclarecidos esses pontos, passa-se ao exame dos argumentos invocados no presente *writ*.

Dos elementos colacionados aos autos, infere-se que, o paciente foi preso em flagrante em **16/1/2018**, prisão esta que foi relaxada em audiência de custódia realizada no dia seguinte.

Posteriormente, o *Parquet* estadual ofereceu denúncia imputando ao ora

investigado a conduta prevista no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, porque teria sido surpreendido vendendo e trazendo consigo considerável quantidade de *crack*, cocaína e maconha, sem autorização legal ou regulamentar.

Quanto aos fatos, narra a inicial acusatória:

"Noticiam as inclusas peças de inquérito policial que, no dia 16 de janeiro de 2018, por volta das 17h00min, na Rua Dois Matinha, Josedy, Parque D'Aville, nesta cidade e Comarca, João Batista vendia e trazia consigo, para fins de tráfico, sem autorização, 203 pedras de crack (com peso aproximado de 65 gramas), 142 pinos de cocaína (com peso aproximado de 247 gramas) e 33 porções de maconha (com peso aproximado de 117 gramas), conforme auto de exibição e apreensão de fls. 09 e laudo de constatação de fls. 10.

Segundo o apurado, policiais civis se dirigiram ao local dos fatos a fim de combater o tráfico de drogas.

Ali chegando, os agentes da lei passaram a observar o movimento, ocasião em que avistaram o denunciado na posse de uma sacola e outros dois indivíduos circulando e gritando a todo tempo o termo 'suave', palavra utilizada pelos 'olheiros' para avisar ao 'sacola' (pessoa que porta os entorpecentes no dia) que o local está livre da presença policial.

Ainda durante a campana, os policiais presenciaram a presença de pessoas, provavelmente usuários, passando por aqueles dois indivíduos e se dirigindo ao denunciado, deixando o local logo em seguida.

Realizada a incursão no local, os policiais detiveram João Batista, o qual ainda tentou empreender fuga e entrou em luta corporal com os policiais visando se evadir, porém sem êxito. Já os dois indivíduos que atuavam como 'olheiros' conseguiram fugir.

Em vistoria na sacola, foram encontradas 203 pedras de crack, 142 pinos de cocaína e 33 porções de maconha.

As condições, a quantidade e a maneira como estavam acondicionados os estupefacientes, aliadas às circunstâncias do evento e ao depoimento das testemunhas, evidenciam que as drogas se destinavam ao exercício do tráfico" (e-STJ fls. 31-33, grifou-se).

Após requerimento do *Parquet* estadual, em **2/3/2018**, o Magistrado de primeiro grau decretou a prisão preventiva do ora paciente, a bem da ordem pública e conveniência da instrução criminal, por considerar que *"o indiciado não é primário, tendo condenação transitada em julgado e está cumprindo livramento condicional"* (e-STJ fl.

38).

O mandado de prisão foi cumprido em **29/3/2018**.

Em **19/12/2018**, o Togado singular, ao acolher a pretensão acusatória, condenou o acusado ao cumprimento das penas de **7 (sete) anos de reclusão**, em regime inicial fechado, e de 700 (setecentos) dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. Na ocasião, o paciente teve o direito de recorrer em liberdade negado.

Inconformada com a condenação, a defesa interpôs recurso de apelação, que aportou no Tribunal local **no dia 10/6/2019** e encontra-se pendente de julgamento.

Delineado o contexto fático processual, insta consignar que, conforme tem orientado a doutrina e decidido esta Corte Superior, os prazos indicados na legislação pátria para a finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, ou seja, não se pode deduzir eventual delonga como excessiva, tão somente pela soma aritmética daqueles.

Assim, em homenagem ao princípio da razoabilidade, é admissível certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada caso, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a morosidade sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Poder Judiciário.

Desse modo, embora seja certo que, em razão do princípio constitucional da razoável duração do processo, deva o Estado prezar pela célere prestação jurisdicional, **não se vislumbra**, na espécie, manifesto constrangimento ilegal passível de ser sanado por este Superior Tribunal.

Com efeito, de acordo com as informações prestadas pela Corte de origem e obtidas no seu endereço eletrônico, a sentença foi prolatada em **19/12/2018**; o recurso de apelação foi interposto no dia **9/1/2019**. Os autos foram recebidos pelo Tribunal estadual em **10/6/2019** e encontram-se aguardando o encaminhamento da mídia contendo as cópias das gravações dos depoimentos e interrogatórios.

Assim, forçoso reconhecer que **o conjunto dos atos praticados denota a regular tramitação do feito**, não havendo notícias recentes de que esteja ocorrendo morosidade ou retardo excessivo na implementação das fases processuais, tampouco desídia ou inércia na prestação jurisdicional.

Nesse contexto, tendo em vista as particularidades narradas, deve ser afastado, por ora, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente.

Nesse norte:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. OPERAÇÃO SERENDIPE. CORRUPÇÃO ATIVA. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. RECURSO DE APELAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO. REITERAÇÃO DE OUTRO WRIT. CONDENAÇÃO EM VÁRIAS AÇÕES PENAIIS ORIUNDAS DA MESMA OPERAÇÃO POLICIAL. DESPROPORCIONALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. MANDAMUS DENEGADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão, evidenciada na participação do paciente em organização criminosa instalada na Polícia Civil, sendo que este se utilizava

de sua condição de investigador de polícia para praticar crimes de corrupção, restando demonstrado, inclusive, que ele e seus comparsas intimidavam criminosos, deturpavam procedimentos próprios da Polícia Civil e usavam da força policial para concretizar o crime de corrupção passiva, bem como que a prática criminosa se deu de forma reiterada, não há ilegalidade.

2. A sentença condenatória manteve o decreto prisional considerando que permanecem inalterados os fundamentos e circunstâncias autorizadoras da manutenção da prisão preventiva, nego ao sentenciado Rodolfo o direito de recorrer em liberdade. Expeça-se guia de execução provisória, não havendo falar em ausência de fundamentação.

3. Não é cabível o habeas corpus que é mera reiteração de outro writ, no qual constou que o paciente foi condenado em várias ações penais oriundas da mesma operação policial, chamada Operação Serendipe, motivo pelo qual, apesar de o paciente estar preso preventivamente desde 2016, sendo indeferido o direito de recorrer em liberdade nas sentenças dos cinco processos, cujas penas somadas totalizam mais de 47 anos, não se demonstra a desproporcionalidade com o tempo de prisão cautelar.

4. O prazo para a conclusão de julgamento de apelação não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, sendo imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais, não se verificando a ocorrência de manifesta ilegalidade.

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 528.041/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 08/10/2019, grifou-se.)

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. SENTENÇA CONDENATÓRIA E NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA E DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.

1. A lei processual não estabelece um prazo para o julgamento do recurso de apelação criminal, que deve ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, a fim de se verificar a ocorrência ou não de constrangimento ilegal. Sabe-se que eventual atraso no andamento do feito, por si só, não caracteriza excesso de prazo.

2. No caso, os autos foram distribuídos em 30/7/2018, de modo que, desta data até o atual estágio do processo, não há falar em desídia por parte do Poder Judiciário ou em demora injustificada no andamento do feito, estando os autos na ordem de antiguidade na distribuição.

Superior Tribunal de Justiça

3. A alegada inidoneidade da negativa do direito de recorrer em liberdade não foi objeto de julgamento pela Corte de origem, o que impede seu conhecimento por este Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Em sede de habeas corpus, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa, cabendo ao impetrante apresentar documentos suficientes à análise de eventual ilegalidade flagrante no ato atacado. Na espécie, o processo não foi instruído com a sentença condenatória, peça processual imprescindível para exame da aventada ilegalidade da prisão preventiva.

5. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada, com recomendação.

(HC 521.587/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 20/08/2019, grifou-se.)

Por essas razões, não há falar que eventual atraso no julgamento do apelo defensivo tenha extrapolado os limites da razoabilidade ou da proporcionalidade.

Ante o exposto, **denega-se a ordem do habeas corpus.**

Expeça-se, contudo, recomendação ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para que imprima maior celeridade no julgamento da Apelação n. 0000111-92.2018.8.26.0441.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator